

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2014/2015, que entre si fazem, de um lado a, ADKL.ZELLER ELETRO SISTEMAS LTDA, com sede na Est. Dos bandeirantes, 839, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22710-560, inscrita no CNPJ, sob o nº 01.598.794/0001-08 e de outro o SINTERGIA – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO, com sede na Avenida Marechal, 199 –10º e 16º andares – Centro –Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.080-005, inscrito no CNPJ sob o nº 04.121.168/0001-06, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I – INTRODUÇÃO.

O presente Acordo Coletivo contém as condições pactuadas na data-base referente à 1º de outubro, entre a entidade de Classe representada e a Adkl.Zeller, quais sejam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

As partes concordam em firmar o presente acordo pelo período compreendido entre 1º de Outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

São abrangidos por este Acordo os empregados da Adkl.Zeller, descritas na Introdução deste, integrantes da categoria profissional representada pelo SINDICATO signatário deste instrumento.

I - DAS MODALIDADES E CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – CORREÇÃO SALARIAL.

A Adkl.Zeller aplicará integralmente, a partir de 1º de outubro de 2014, sobre os salários praticados em 30 de setembro de 2014, 9,00%(nove por cento), a título de reajuste salarial coletivo, IPCA de 6,75%(seis vírgula setenta e cinco por cento) mais aumento real de 2,25%(dois vírgula vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA QUARTA – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A empresa assegura a todos os seus empregados acréscimos, nas horas extraordinárias trabalhadas nos domingos e feriados de 100%, incidindo sempre estes percentuais sobre o valor da hora vigente no mês do pagamento.

§ Único: O trabalhador, convocado para trabalho em dia não considerado no cálculo para a concessão de vale transporte, será reembolsado, na forma do benefício legal, por ocasião do pagamento do salário do mês em curso, o mesmo ocorrendo com o empregado recém admitido ou em retorno de benefício previdenciário, que não recebeu o vale transporte dos respectivos dias de trabalho do mês de admissão ou do mês de retorno do benefício.

CLÁUSULA- QUINTA: BANCO DE HORAS

As partes acordam a instituição do sistema de Banco de Horas para compensação de horas extraordinárias de trabalho, conforme as condições estatuídas nos parágrafos abaixo:

§ Primeiro - A compensação deverá ser feita na base da hora por hora, ou seja, não haverá pagamento do adicional de horas extras para efeito de compensação.

§ Segundo - Considera-se hora suplementar aquele que ultrapassar 15 (quinze) minutos da jornada estabelecida. Considera-se também que os eventuais atrasos superiores a 15 (quinze) minutos, saídas dentro da jornada de trabalho serão descontados automaticamente do saldo positivo do mês corrente do sistema de Banco de Horas, salvo justificativa legal ou força maior.

§ Terceiro - As horas extraordinárias prestadas em dias de folga não poderão ser objeto de compensação, devendo ser quitadas imediatamente no mês subsequente àquela de sua realização.

§ Quarto - Caso o saldo do Banco de Horas ultrapasse o limitador de 40 horas mensais, o excedente será pago imediatamente no mês seguinte com a aplicação do adicional de 50% (cinquenta por cento).

§ Quinto - Caso o saldo do Banco de Horas atinja um saldo negativo maior que 40 horas, o excedente será imediatamente descontado em folha de pagamento do mês subsequente.

§ Sexto - A empresa poderá ajustar através de seu quadro gestor, junto ao seu quadro funcional a escala de folgas para compensação do Banco de Horas de forma a atender as necessidades de ambas as partes, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

§ Sétimo - O Banco de Horas terá seu fechamento a cada 06 meses, a contar da data de assinatura do presente acordo, permanecendo no máximo um saldo limitador de 10 horas positivas ou negativas.

§ Oitavo - Quando do fechamento do Banco de Horas, em caso de saldo positivo, o excedente a 10 horas será pago imediatamente no mês seguinte com a aplicação do adicional de 50% (cinquenta por cento). Havendo saldo negativo, o excedente a 10 horas será imediatamente descontado em folha de pagamento do mês subsequente.

§ nono – Os atrasos, quando possível, serão compensados dentro do período da apuração do ponto no mês corrente.

CLÁUSULA SEXTA: MARCAÇÃO ALTERNATIVA DE PONTO ELETRÔNICO

A Empresa utilizará equipamento eletrônico alternativo, tipo celular para o controle de jornada dos empregados que realizam trabalhos externos, com base na Portaria 373/11, que substitui e complementa a portaria 1510;

§ Primeiro - Será fornecido aos trabalhadores um dispositivo móvel (celular, ou tablet) que o acompanhará em serviços externos em suas rotinas de trabalho, esse não terá nenhum tipo de bloqueio para registro de ponto, o mesmo será feito pelo funcionário quando o mesmo iniciar suas atividades, via matrícula e senha, e todos os registros vão automaticamente para o sistema de gerenciamento (via internet). O sistema de gerenciamento, recebe a informação de data, hora, dispositivo de registro de ponto e localização onde ocorreu o registro, sem permitir nenhuma forma de alteração da informação.

§ Segundo - O Sistema de gerenciamento é em Cloud Computing (Internet) e, com base neste recurso, é disponibilizado ao empregador a visualização dos registros de seu respectivo empregado, ao empregado a visualização de seu cartão ponto.

§ Terceiro - Os acessos serão com base na legislação vigente onde o empregador poderá ajustar os registros de seu funcionário (sempre com motivos justificados no sistema) e o empregado, poderá visualizar os registros e alterações, podendo imprimi-los sempre que acharem necessário, mas sem o poder fazer qualquer alteração no sistema, apenas auditoria;

CLÁUSULA SÈTIMA- ESTAGIÁRIO.

O ESTAGIÁRIO, contratado por prazo determinado para desempenhar na Adkl atividade compatível com sua formação profissional terá como piso salarial mensal o salário mínimo nacional vigente no país, sendo sua carga horária diária máxima de 06 horas, sendo devido o seu fracionamento em caso de cargas horárias inferiores. O ESTAGIÁRIO não será contemplado com os benefícios deste Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, ficando o mesmo regido pela legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Adkl.Zeller manterá o critério de pagamento do adicional de periculosidade integral, mesmo se a exposição ao risco for em caráter habitual e intermitente, à razão de 30% (trinta por cento) sobre o remuneração, àqueles empregados que deverão executar atividade de risco, sendo os mesmos habilitados pela Empresa para exercício desta atividade e para efeito de pagamento do adicional de periculosidade.

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

O adicional de insalubridade será calculado, independentemente do porte da empresa, sobre o menor piso salarial da categoria, ou seja: R\$ 726,00(setecentos e vinte e seis reais).

§ Primeiro - Ocorrendo a presunção da existência de insalubridade na empresa ou setor, o Sindicato Profissional poderá promover gestões junto à empresas, visando à

eliminação ou redução das condições reputadas insalubres ou, ainda, acordo para pagamento dos adicionais, nos termos da legislação vigente, no prazo de 90 (noventa) dias;

§ Segundo - Caso não seja possível eliminar ou reduzir as condições insalubres ou formalizar o acordo, far-se-á um levantamento técnico, através de órgãos ou entidades competentes, com a finalidade de fixar as atividades e setores insalubres, obrigando-se a empresa a efetivar, a partir da ciência do laudo, a prestação imediata dos adicionais reconhecidos

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DIARIAS DE VIAGENS.

A partir de novembro de 2014, a Empresa concederá as Diárias de Viagens para trabalhos realizados no mínimo de 5 dias ainda que alternados, fora do Município do RJ , um adicional de 3% (três por cento) do salário nominal, por dia de viagem, limitado a R\$ 800,00(oitocentos reais) por mês.

§ único – Quando o deslocamento do funcionário que estiver em viagem se der em dia de folga, este dia deverá ser computado como hora extra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DESLOCAMENTO EM VIAGEM.

A Empresa pagará aos trabalhadores, a partir de novembro de 2014, que utilizam veículo próprio para atendimento ao cliente ou em viagem, R\$ 1,00 (hum real), por quilometro rodado.

§ Único- Para os trabalhadores que viajam a serviço aos sábados,domingos e feriados o ponto será considerado a partir do momento da saída de sua residência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FARMÁCIA.

A EMPRESA reembolsará os gastos dos empregados com medicamentos, desde que tenham relação com o afastamento por Acidente de Trabalho ou Doença Ocupacional que ensejou o seu encaminhamento ao INSS no valor máximo de 250,00(duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PLANO DE SAÚDE.

A empresa manterá Plano de Saúde aos seus empregados, de forma a garantir condições de assistência médica e odontológica.

§ Primeiro – A Empresa arcará com 60%(sessenta por cento) do custo da assistência médica e os trabalhadores com 40%(quarenta por cento) .

§ Segundo – No caso de dependentes, a Empresa arcará com 50%(cinquenta por cento) do custo da assistência médica e o trabalhador com 50%(cinquenta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- AUXILIO-ENFERMIDADE

Terminado o prazo de experiência e passando a vigor o contrato de trabalho por prazo indeterminado, o empregado que vier a ser licenciado para tratamento de saúde e não

tiver ainda completado o período de 12 (doze) meses de carência, para fazer jus ao auxílio-doença, pago pela Previdência Social, receberá do empregador, a título de auxílio-enfermidade, mensalmente, 100% (cem por cento) do salário nominal correspondente ao mês de direito, até o limite do valor de 2 (dois) pisos salariais da categoria na época da concessão do benefício, na respectiva empresa.

§ primeiro - O auxílio - enfermidade referido nesta cláusula cessará automaticamente quando se completar o período de carência estipulado pela Previdência Social – 12 (doze) meses, passando então o empregado a ser regido pelas normas previdenciárias, não cabendo nenhuma outra responsabilidade por parte da empresa;

§ Segundo - Do valor do benefício pago, a empresa descontará e recolherá, ao INSS, a contribuição previdenciária respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Os empregados demitidos por iniciativa do empregador, que tenham mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e trabalharem na mesma empresa há mais de 10 (dez) anos, terão direito a uma indenização adicional correspondente ao salário nominal, do mês da demissão, ressalvados os casos de justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

A empregada afastada em licença - maternidade, ao retornar ao trabalho, terá garantia de emprego ou salário por 90 (noventa) dias, a contar do término da licença, ressalvados os casos de demissão por justa causa, a pedido ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- GARANTIA DE EMPREGO AO AFASTADO POR DOENÇA

Ao empregado afastado do trabalho, por motivo de doença, por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, fica assegurada a garantia do emprego ou salário por 60 (sessenta) dias, a partir do retorno à empresa, salvo demissão por justa causa ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO NA PRÉ-APOSENTADORIA

O empregado que completar 10 (dez) anos de serviços ininterruptos na mesma empresa, terá assegurada a garantia de emprego ou salário durante os 24 (vinte e quatro) meses anteriores a data em que, comprovadamente, através de lançamentos em Carteira de Trabalho ou documento hábil concedido pelo INSS, tenha adquirido direito a:

- a) Aposentadoria por Tempo de Serviço / Contribuição, concedida pela Previdência Social, em seus prazos mínimos;
- b) Aposentadoria Especial assim concedida através de documento hábil fornecido pela Previdência Social;
- c) Aposentadoria por velhice, em seus prazos mínimos.

§ Primeiro - A garantia de emprego ou salário referida nesta cláusula abrange exclusivamente aqueles 24 (vinte quatro) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria, não se estendendo após as datas limites. Após o preenchimento de qualquer das condições exigidas para as aposentadorias referidas na forma acima, cessará de pleno direito a garantia assegurada;

§ Segundo - Não fará jus à garantia de emprego ou salário prevista nesta cláusula o empregado dispensado por justa causa ou por acordo com a empresa;

§ Terceiro - O empregado comunicará e comprovará junto à empresa, nos 30 (trinta) dias que antecederem a aquisição do direito previsto nessa cláusula, as condições que o habilitem ao benefício, sob pena de não o fazendo perder o direito assegurado;

§ Quarto - A garantia de emprego ou salário dar-se-á a partir da comunicação e comprovação prevista no parágrafo anterior, devendo as empresas dar ciência da presente cláusula aos empregados que nela possuam mais de dez anos de serviços ininterruptos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- LICENÇA MATERNIDADE

A empresa concederá licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, com base na legislação estadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE

Será abonada a falta do empregado estudante em caso de realização de prova, devidamente comprovada, desde que a mesma ocorra em horário compatível com o do trabalho, avisado o empregador, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ Único - Esta garantia de abono de falta é extensiva aos exames vestibulares, limitada, porém, a uma inscrição por semestre.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- FÉRIAS COLETIVAS E/OU INDIVIDUAIS

A ADKL ZELLER dará continuidade à sua política de férias, concedendo-as aos seus empregados nas épocas constantes de sua Programação Anual de Férias, quando pagará, a todos, gratificação de férias, nas condições estabelecidas pelo Inciso XVII do Artigo 7º, da Constituição Federal.

O início das férias coletivas e/ou individuais não deverá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia já compensado.

§ Primeiro – Nas empresas em que o dia de sábado tenha sido compensado, o início das férias ocorrerá na segunda-feira subsequente, podendo, a empresa, optar pelo pagamento das horas compensadas, com o adicional de horas extras.

§ Segundo - As empresas poderão conceder férias proporcionais, por antecipação, aos empregados que ainda não contem com um período aquisitivo completo,

considerando-se como quitado o respectivo período, iniciando-se, então, um novo período aquisitivo.

§ Terceiro – O cancelamento das férias, programadas e comunicadas ao empregado, acarretará o ressarcimento de despesas de viagem, irreversíveis e comprovadas, que tenham sido por ele realizadas antes do cancelamento.

II - LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA PARA A EMPREGADA(O) ADOTANTE

As empresas concederão licença maternidade para as empregadas que judicialmente adotarem crianças, nos termos do art. 392 – A da CLT, aplicando-se a estas, ainda, o disposto na cláusula da GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE.

§ Único – Para os pais adotantes a licença será de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO CRECHE

A partir de novembro de 2014, a EMPRESA, reembolsará suas empregadas e empregados no valor máximo de R\$ 100,00(cem reais) mensais, por cada filho matriculado em creche /escola (em caso de babá, não há acréscimo de R\$100,00(cem reais) por cada filho, pois a profissional que cuida das crianças é uma só). Finda a licença maternidade de 180 dias, o benefício começará a ser pago a partir do primeiro dia após a licença maternidade, cessando, imediatamente, a partir dos 6 anos e 1 dia, sem pré-aviso.

§ primeiro - Os empregados e empregadas, para fazerem jus ao benefício, devem apresentar ao RH da EMPRESA, mensalmente, a respectiva comprovação da despesa com a criança, seja mantida nas instituições de berçário, creche, pré-escola ou instituições análogas de livre escolha do trabalhador, ou com a contratação de empregada babá.

§ segundo - Quando ambos os cônjuges forem empregados da mesma empresa, o pagamento não será cumulativo, cabendo ao casal informar a EMPRESA a qual dos dois o auxílio creche será destinado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES

Aos integrantes da categoria profissional serão fornecidos, gratuitamente, pelas respectivas empresas, uniformes e calçados de trabalho, em número mínimo de 2 (dois) ao ano, de acordo com as necessidades do serviço, desde que seu uso seja decorrente de exigência da empresa, de norma legal ou quando o uniforme contiver qualquer marca identificadora da empresa, tais como nome ou logotipo, obrigando-se os empregados a zelar pela sua conservação. (Exceto para os funcionários administrativos) inclui essa observação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROTEÇÃO À SAÚDE DA GESTANTE

As empresas garantirão à trabalhadora gestante o remanejamento durante a gravidez, caso seu local de trabalho seja insalubre.

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – SINDICALIZAÇÃO

A empresa facultará ao Sindicato Profissional até 2 (dois) dias por semestre, a possibilidade de proceder a sindicalização de seus empregados, em local, forma e condições ajustadas previamente com a direção da empresa, vedada, qualquer atividade de propaganda ou proselitismo político.

§ Único - A empresa responderá a solicitação no prazo máximo de 01 (uma) semana.

III - ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISO**

As empresa manterá em local de fácil acesso, quadro para informações do Sindicato Profissional, no qual serão afixadas, exclusivamente, comunicações daquele Sindicato, remetidas por sua diretoria ou delegados sindicais, a que se refere o art. 523 da CLT legalmente investidos, que as rubricarão e pelas mesmas responderão na forma de direito.

IV - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TREINAMENTO**

A empresa receberá do SINDICATO sugestões relativas ao desenvolvimento de treinamento, com vistas ao constante aprimoramento e assegurando, ainda, a adequação profissional de seus empregados às novas tecnologias e métodos de trabalho que venham ser implantados.

§ Primeiro – Quando solicitado a empresa dará acesso para o SINDICATO signatário do presente acordo, aos conteúdos programáticos dos eventos continuados de treinamento que vier a disponibilizar aos seus empregados.

§ Segundo – A empresa se compromete a fornecer o treinamento necessário ao desempenho das funções dos empregados, através de profissional, inclusive próprio, ou instituição credenciada e reconhecida pela empresa, fornecendo o comprovante de participação de respectivo treinamento.

VI - DOS AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – AUXÍLIO REFEIÇÃO

A empresa concederá mensalmente a cada empregado, a partir de novembro de 2014, o valor equivalente a 22 (vinte e dois) vales de auxílio-refeição ou alimentação, com valor unitário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), totalizando um auxílio mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

§ Primeiro – Aos empregados que vierem a ter jornada de trabalho prorrogada, inclusive nas folgas e repouso remunerados, em virtude da execução de serviços essenciais que não possam ser interrompidos, a empresa assegurará a concessão de tíquetes equivalentes ao valor diário do auxílio-refeição, para cada uma das jornadas adicionais completas; de segunda-feira à quinta-feira se dará a partir das 19:00 horas e nas sextas-feiras a partir de 18:00 horas. Caso houver prorrogação nos moldes indicados nesta cláusula, fica assegurado ao trabalhador pagamento equivalente a 1 (um) auxílio-refeição/alimentação diário, constituindo-se esta prorrogação mínima necessária para que o empregado faça jus ao auxílio suplementar.

§ Segundo – Os trabalhadores que estiverem compensando, não farão jus ao benefício do parágrafo primeiro.

§ Terceiro - o auxílio refeição será concedido mediante fornecimento de tíquetes, na modalidade cartão, de empresas especializadas, credenciadas junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador- PAT ou, excepcionalmente, em dinheiro, podendo, ainda, acontecer de forma mista, sempre a critério da empresa.

§ Quarto - o auxílio-refeição, a que se refere esta cláusula, não se incorpora aos salários para qualquer efeito.

§ Quinto - O auxílio refeição tem por intuito assegurar a alimentação diária do trabalhador, daí adotar-se prioritariamente o tíquete-refeição, na modalidade cartão, que se destina à aquisição de refeições prontas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE

A empresa se compromete a efetuar as práticas relativas ao Exame Periódico de Saúde – EPS. Os exames necessários para diagnóstico preventivo serão cobertos pelo plano de saúde oferecido pela empresa.

§ Único – Tendo em vista que a empresa subsidia o plano de saúde para seus empregados, inclusive odontológico, a empresa recomenda que, anualmente, seja feito os exames clínicos, patológicos e radiológicos, inclusive mamografia, no caso das empregadas em idade de risco, exame de próstata, para empregados em idade de risco. Bem como a empresa se compromete a realizar campanhas incentivando os exames preventivos.

VII – DA FREQUÊNCIA AO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho da empresa será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CALENDÁRIO SEMESTRAL DE COMPENSAÇÃO.

A ADKL ZELLER estabelecerá um calendário semestral dos dias compreendidos entre feriados e fins de semana, de forma que a compensação das pontes seja cumprida ao longo do ano.

VIII - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – PRIMEIROS SOCORROS

A empresa se compromete, na vigência deste acordo, a propiciar treinamento em primeiros socorros de emergência e em procedimentos de segurança o trabalho, buscando atingir a totalidade dos empregados que atuem em áreas de risco e a desenvolver procedimentos relacionados ao atendimento de emergência e pronto socorro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE – CIPA

A empresa constituirá a Comissão Interna de Prevenção de Acidente, em cumprimento a NR-5, assim que atender os requisitos mínimos para sua constituição, qual seja o número de empregados suficientes para a implantação da CIPA. A empresa dará ciência, com 15 (quinze) dias de antecedência, ao Sindicato Profissional, da realização de eleições dos membros de sua CIPA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – ATAS DAS REUNIÕES DA CIPA

A empresa enviará ao SINDICATO cópias das atas das reuniões das CIPA's, até 10 (dez) dias após a realização das mesmas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA– COMUNICADO DE ACIDENTES DO TRABALHO

A empresa se compromete a participar ao SINDICATO, com maior brevidade, a ocorrência de acidente de trabalho, enviando-lhes cópia da respectiva CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SISTEMA CONFEDERATIVO DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL

A empresa concorda em pagar pelos seus empregados, em favor do SINDICATO, a contribuição de que trata o Artigo 8º, Inciso IV, da Constituição Federal, fixada e/ou ratificada nas assembléias gerais, observadas as condições por elas estabelecidas.

§ único – o valor será de 5% (cinco por cento) do salário base de cada funcionário do mês de Setembro/2014, e será pago até o dia 15 (quinze) de dezembro/2014 através de guia própria fornecida pelo SINDICATO.

IX - OUTRAS CLÁUSULAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A ADKL ZELLER concederá aos seus empregados Seguro de Vida em grupo, garantindo a emissão de uma via da apólice para cada empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DATAS DE PAGAMENTOS DE EMPREGADOS

A empresa assegurará o pagamento dos salários de seus empregados até o quinto dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – ACOMPANHAMENTO DE ACORDO

A empresa e o SINDICATO realizarão, trimestralmente, acompanhamento do cumprimento e da implementação das cláusulas deste acordo.

§ Primeiro – Caberá a qualquer uma das partes, e a qualquer tempo, sempre que suscitadas dúvidas quanto ao cumprimento do presente Acordo Coletivo, requerer reunião extraordinária, de modo a prevenir questões trabalhistas futuras.

§ Segundo – Serão discutidos e/ou apresentados nestes encontros para Acompanhamento de Acordo outros pontos de interesse do conjunto dos empregados da empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – COMPROMISSO

As partes comprometem-se a cumprir e fazer cumprir o presente Acordo, em todos os seus termos e condições durante o prazo de sua vigência.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Ao empregado afastado do trabalho por acidente ou doença, na vigência do presente Acordo, e percebendo auxílio da Previdência Social, será garantida, apenas no primeiro ano de afastamento, a complementação do 13º salário.

§ Primeiro - Esta complementação será igual a diferença entre o valor pago pela Previdência Social e 70% (setenta por cento) do salário nominal do empregado, correspondente ao mês de direito, até o limite de duas vezes o piso salarial respectivo na época da concessão do benefício;

§ Segundo - Este benefício só se aplicará ao empregado que tiver completado, antes do afastamento, 01 (um) ano de trabalho na mesma empresa e nas empresas que, na data da concessão, tiverem mais de 100 (cem) empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIVULGAÇÃO DO ACT.

A empresa obriga-se a divulgar o presente Acordo, para amplo conhecimento dos trabalhadores.

Rio de Janeiro, de novembro 2014.

JORGE LUIZ VIEIRA DA SILVA**Presidente****CPF: 338.259.127-87****SINTERGIA-RJ – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO**

EDUARDO XAVIER RODRIGUES**Vice-Presidente****CPF: 715.193.197-20**

KATIA SPADA ZELLER DA FROTA**Sócia****CPF: 081607177-25****ADKL ZELLER ELETRO SISTEMAS LTDA**